



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

**Ata da 29ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção do Estado do Espírito Santo.**

**Data:** 13 de Agosto de 2017.

**Local:** Sala de Reunião da Secretaria de Estado de Controle e Transparência – Av. Governador Bley, 236, 8º andar, Centro, Vitória - ES.

**Conselheiros presentes:**

**Alex Pretti**, representante suplente da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo - DPES; **Antonio Wilson Rocha Almeida**, representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo - FECOMERCIO; **Edebrand Cavalieri**, representante do Conselho de Ética; **Eugênio Coutinho Ricas**, Presidente do Conselho e representante da Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT; **Fabiana Alves da Silva**, representante suplente da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ; **Fernando Antônio Marins de Albuquerque**, representante suplente da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER; **Lidson Fausto da Silva**, representante do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MPEES e **Sandra Mara Magevski**, representante suplente da Secretaria de Estado de Orçamento e Planejamento – SEP.

**Secretário-Executivo do Conselho:**



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

**Luis Fernando Mendonça Alves**, Subsecretário de Estado da Transparência.

### Convidados:

**Lorena Roberta de Moraes Martins**, Assessora Técnica da Subsecretaria de Estado da Transparência e responsável pelos registros e elaboração da ata;

### Conselheiros ausentes:

**Cláudio de O. Santos Colnago**, representante da OAB, **Edmar Camata**, representante da ONG Transparência Capixaba; **Emanuel Junqueira**, representante da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo – UFES; **Alexandre Nogueira Alves**, representante da Procuradoria Geral do Estado – PGE; **Rodrigo Rodrigues da Silva**, representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB.

## I – ABERTURA

Às 14h15min do dia 13 de Junho de 2017, na sala de reuniões da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, foi realizada a 29ª Reunião Ordinária do Conselho da Transparência Pública e Combate a Corrupção do Estado do Espírito Santo, contando com a participação dos Conselheiros acima mencionados.

## II – DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

### 1. Saudação inicial

O Presidente **Eugênio Ricas** iniciou a reunião saudando a todos e agradecendo a presença dos Conselheiros.

Em seguida, passou a palavra ao Sr. **Luis Fernando**, que, após cumprimentar os



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

presentes, apresentou a pauta da reunião.

### 2. Questão de Ordem

O Presidente colocou em rediscussão a deliberação de comunicar ao Ministério Público Estadual – MPE as respostas apresentadas por prefeituras e câmaras, sobre empresas punidas com pena de suspensão temporária e/ou consideradas inidôneas, visto que a decisão original do Conselho não fez referência a um possível envio das informações prestadas ao MPES, conforme consta no Ofício encaminhado às Câmaras e Prefeituras. Frisou ainda que as prefeituras que responderam ao ofício informando que efetuaram punições, mas que não realizaram o devido registro nos cadastros do CEIS e/ou CNEP poderiam sofrer algum tipo de penalização pelo MPES, enquanto que as que não prestaram informações ao Conselho ficariam livres de eventuais sanções daquele órgão de controle externo.

Finalizou observando que a decisão poderia inviabilizar futuras ações do Conselho junto aos municípios. Assim, o Presidente do Conselho sugeriu encaminhar expediente às prefeituras e câmaras apresentando o resultado da pesquisa, com as seguintes recomendações: que o cadastro do CEIS seja periodicamente atualizado com informações das empresas punidas, no âmbito dos poderes executivo e legislativo municipais, com a pena de suspensão temporária e/ou declarando-as inidôneas; que o cadastro do CNEP também seja periodicamente atualizado com informações das empresas que foram multadas com base na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

O representante do MPES informou que, por diretriz do Conselho Nacional do

Várias assinaturas manuscritas em tinta azul, algumas com circunferências ou outros símbolos ao redor, localizadas na parte inferior direita da página.



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

Ministério Público – CNMP, já existem ações em curso naquele órgão de controle externo para tratar dessas questões, de forma que a estratégia é a de primeiro orientar e educar as Prefeituras no cumprimento da legislação, para somente depois sancionar, nos casos em que isso for necessário. O Presidente do Conselho conclui que, de acordo com o que foi informado pelo representante do MPES, a deliberação ora rediscutida perde seu objeto.

Assim, ficou deliberado, por unanimidade dos membros, a mudança na deliberação da reunião anterior, para que não seja enviado o ofício ao MPES e que, ao invés disso, seja feita uma ação educativa e informativa junto às prefeituras e câmaras, orientando, por exemplo, como deve ser feito o registro nos cadastros do CEIS e CNEP.

### 3. Aprovação da Ata da 28ª Reunião.

O Secretário-Executivo informou que a minuta da Ata da 28ª Reunião foi encaminhada a todos os Conselheiros em 02/08/2017, via *e-mail*, e que as alterações solicitadas foram incorporadas ao documento apresentado.

Assim, colocada em pauta a discussão e aprovação da Ata da 28ª Reunião, a mesma foi aprovada pela unanimidade dos Conselheiros presentes.

### 4. Deliberações da 28ª Reunião Ordinária

O Secretário-Executivo informou aos Conselheiros o encaminhamento do seguinte documento deliberado em reunião:

4.1. Ofício nº 267/GAB/SECONT – Solicitação à SEFAZ que realize a



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

publicação de informações referentes ao pagamento de advogados dativos, de forma separada dos demais pagamentos de pequeno valor, bem como que sejam incluídos na publicação os valores mensais e anuais, dos últimos cinco anos.

O Secretário-Executivo informou, que a SEFAZ respondeu a demanda, recomendando que a mesma também fosse encaminhada a PGE, visto que este é um trabalho em conjunto. O processo foi encaminhado à PGE em 01/09/2017, para que a mesma se manifeste por meio de parecer e, em seguida, remeta os respectivos autos à SEFAZ. A Secretaria-Executiva fará o acompanhamento da demanda, de forma que na próxima reunião ordinária seja apresentado o andamento do assunto.

### **5. Estabelecimento de Taxa de disponibilidade de esgoto pela ARSP (Assunto da 23ª Reunião Ordinária)**

O Secretário-Executivo fez um breve histórico da deliberação, iniciada na 23ª Reunião. Ele informou que após todos os tramites administrativos, o que incluiu uma ampla audiência pública, a ARSP estabeleceu a Taxa de Disponibilidade de Esgoto e os valores a serem cobrados, que será calculada de acordo com o tamanho do imóvel. Portanto, o assunto se deu como encerrado, devido ao acolhimento pela ARSP da recomendação feita por este Conselho.

Aproveitando a oportunidade, o Presidente informou ao Conselho que a Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, em decisão de recurso interposto por este colegiado, decidiu em favor da desclassificação das informações dos Imóveis atendidos pela CESAN que ainda não realizaram a ligação do esgoto. Está sendo tratado pela ARSP a regulamentação da forma como esses endereços serão



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

divulgados, tendo sido estabelecido um prazo de 15 (quinze) dias para a mencionada divulgação. A CMRI irá acompanhar a divulgação das informações e, se necessário, cobrar da Entidade o cumprimento do prazo estabelecido. Finalmente, Secretário-Executivo frisou que após a Decisão da CMRI, a própria CESAN tem maior segurança jurídica para divulgar os dados.

### 6. Apresentação do Novo Portal de Acesso a Informação.

O Secretário-Executivo fez um breve relato das iniciativas desenvolvidas pela SECONT com vistas ao projeto de modernização do Sistema de Transparência Pública do Estado, sendo que a primeira entrega desse programa foi o novo Portal da Transparência, lançado em dezembro de 2016, que consolidou o Espírito Santo como referência em transparência ativa. A segunda etapa do mencionado programa tem como foco a transparência passiva. Para tanto, foi desenvolvido o projeto de Aprimoramento da Aplicação da LAI no Estado, apresentado na 23ª Reunião Ordinária do Conselho e que compreende um conjunto de entregas, sendo que a primeira foi a uniformização dos sites institucionais, finalizado no início de 2017. O segundo conjunto de entregas compreende o Portal de Acesso à Informação, que vem a ser um novo instrumento de Transparência do Governo do Estado. Ele terá o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, fomentar a participação da sociedade capixaba, fortalecer a cultura da transparência no serviço público, funcionar como um espaço onde cidadãos, servidores e gestores poderão obter conhecimentos sobre seus direitos e deveres.

Na sequência, o Secretário-Executivo convidou o Auditor do Estado Fabiano Louzada para realizar uma breve apresentação do novo Portal de Acesso a Informação.



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

Fabiano iniciou sua exposição com a apresentação da versão anterior do portal de acesso à informação e as informações que foram redirecionadas para os respectivos sites institucionais. Assim, a primeira etapa do projeto consistiu em transferir do Portal de Acesso à Informação todas as informações exigidas pela legislação, que passariam a ser disponibilizadas nos sites institucionais de cada órgão e entidade.

Segundo Fabiano, o novo Portal de Acesso à informação passará a ter conteúdo informativo para os cidadãos e servidores públicos sobre a Lei de Acesso à Informação. Ele deixa de ser uma ferramenta de publicação de informações que a legislação exige (o que agora caberá aos sites institucionais), para tornar-se uma fonte de orientações sobre a LAI e Transparência Pública. Ele continuou informando que o site será dividido em três sessões: a primeira se refere à Transparência Pública, onde serão publicadas informações gerais sobre a LAI para cidadãos e servidores públicos; A segunda sessão é voltada ao cidadão, o que inclui informações tais como: quais são os direitos do cidadão, como fazer o pedido de informação, como proceder em caso de negativa de acesso à informação, etc. Já a terceira sessão é voltada para os servidores públicos, tais como orientações técnicas de como atender o cidadão, etc. Na página inicial do Portal também haverá um botão que ao ser clicado abrirá um formulário a ser preenchido para realizar o pedido de informação, pedido esse que posteriormente é enviado eletronicamente para a Ouvidoria. Também consta da página inicial toda a orientação e formulários para que o cidadão possa fazer o pedido de forma presencial. Uma novidade do Portal será o GIC, que é um sistema de controle das informações classificadas que está em fase de desenvolvimento. Segundo o expositor, hoje cada órgão armazena e gere as informações conforme sua conveniência e demanda, o que será aprimorado a partir da implantação do GIC.



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

Em seguida, o auditor realizou algumas demonstrações, navegando pelo portal, apresentado os manuais disponíveis no Portal, tanto para o cidadão quanto para os servidores. Ele encerrou sua exposição dizendo que o portal também será um meio de divulgação de notícias do Governo relacionadas ao tema transparência, sendo que poderão ser publicadas matérias e boas práticas relativas a municípios e até de outros Estados.

O Secretário-Executivo frisou que o Portal, que será lançado em breve, é um dos mais completos do País, superior inclusive ao do Rio Grande do Sul, pois além de trazer informações e instruções para os cidadãos, traz também para os servidores. O Presidente agradeceu a presença do Auditor Fabiano parabenizando o mesmo pela apresentação.

O representante do MPES, Dr. Lidson, informou que junto com sua equipe tem desenvolvido dois projetos: um focado no controle interno e o outro na transparência passiva. Ele também divulgou que está sendo organizado um seminário, que acontecerá no dia 03/11, onde será abordado os mencionados temas, tendo como público alvo os municípios com as piores colocações nos rankings de avaliação, tanto no controle interno quanto em transparência. Ele informou que serão convidados os prefeitos e suas respectivas equipes, e que o evento terá a colaboração do TCE. Finalizou informando que o objetivo da iniciativa é dar um suporte para os mencionados municípios, com o fito de ajuda-los a melhorar os pontos citados, fazendo um trabalho educativo e, posteriormente, aplicar as punições aos que mesmo com todo o apoio não melhorarem seu desempenho.

### 7. Palavra dos Conselheiros



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

O Presidente do Conselho informou sobre o Projeto de Modernização de Controle Interno do Executivo. Segundo ele, já foram feitas algumas ações, tais como um seminário com a presença de mais de 300 gestores.

Frisou a importância da implementação do modelo das Três Linhas de Defesa, que passa a ser adotado pelo Poder Executivo Estadual e que foi inspirado no modelo da comunidade europeia, após a participação de um Auditor de Estado em visita a dois países, com custos financiados pelo Banco Mundial. Ressaltou que a implementação do modelo requer um trabalho de longo prazo, que somente poderá ser concluído após oito anos ou mais.

O representante da DPES, **Dr. Alex Pretti**, parabenizou todo o trabalho que Dr. Eugênio vem desenvolvendo na SECONT. O Presidente, por sua ordem, agradeceu, acrescentando que os parabéns é pra toda a equipe, que tem se mostrado eficaz, competente e motivada..

### III - ENCERRAMENTO

Finalizada a pauta, o Presidente **Eugênio Ricas** deu por encerrada a 29ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, às 15h05.

**Anexo à Ata:** Resumo das Deliberações e Encaminhamentos da 29ª Reunião do Conselho de Transparência Pública do Estado do Espírito Santo.

Vitória, 13 de Agosto 2017.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO**



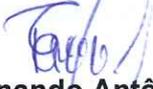
**Alex Pretti**

Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo - DPES



**Leandro Piquet**  
**Presidente do Conselho**

Secretaria de Estado de Controle e Transparência – SECONT



**Fernando Antônio Marins de Albuquerque**

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER



**Sandra Mara Magevski**

Secretaria de Estado de Orçamento e Planejamento – SEP



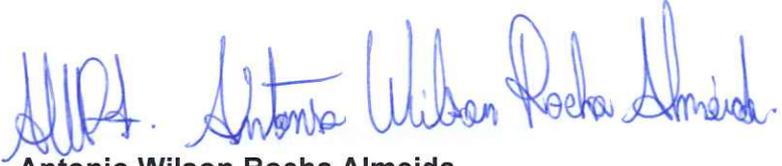
**Péricles Ferreira de Almeida**

Procuradoria Geral do Estado – PGE



**Fabiana Alves da Silva**

Secretaria de Estado da Fazenda -SEFAZ



**Antonio Wilson Rocha Almeida**

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo - FECOMERCIO



**Edebrand Cavalieri**

Conselho de Ética



**Francisco Martinez Berdeal**

Ministério Público Estadual - MPES



**Sérgio Magalhães Campos**

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo – FECOMERCIO



**Lidson Fausto da Silva,**

Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MPEES;